



**UFSM**

**DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES  
DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO  
DE CAIXA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

---

**Cátia Bortoluzzi Fighera  
Marcileni Basso**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2003**

**DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES  
DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO  
DE CAIXA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

**por**

**Cátia Bortoluzzi Fighera**

**Marcileni Basso**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito da disciplina CTB516 - **Trabalho de Graduação em Ciências Contábeis**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2003**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Ciências Contábeis**

O orientador, abaixo assinado, aprova o Trabalho de Graduação

**DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES  
DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO  
DE CAIXA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

elaborado por

**Cátia Bortoluzzi Fighera  
Marcileni Basso**

Como requisito da disciplina CTB516 - Trabalho de  
Graduação em Ciências Contábeis

---

**Prof. Rodrigo Debus Soares**  
(Presidente/Orientador)

Santa Maria, 15 de Julho de 2003.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos nossos pais e irmãs que, apesar da cobrança pelas ausências, ofereceram a compreensão, incentivando com seu apoio para que superássemos o nosso desânimo nos momentos difíceis.

Aos demais familiares e amigos próximos que torceram pelo sucesso deste trabalho. Especialmente aos namorados, que souberam entender a nossa ausência nos momentos em que precisávamos.

Ao nosso orientador, Prof. Rodrigo Debus Soares, pela amizade e eficiente orientação ao longo deste ano, e pela compreensão em muitos momentos difíceis e cansativos pelos quais passamos.

A todos que de uma forma ou de outra, nos ajudaram a prosseguir diante das dificuldades, para realização deste trabalho, não nos deixando desanimar em qualquer momento que fosse.

E a Deus, pela força que nos deste no decorrer deste período, que apesar de muitas dificuldades encontradas, não nos deixou desanimar e perder as esperanças quanto a esta conquista que almejávamos.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE QUADROS.....	v
LISTA DE SIGLAS.....	vi
RESUMO.....	vii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO .....	xi
1.1 - <i>Tema</i> .....	2
1.2 - <i>Delimitação do tema</i> .....	2
1.3 - <i>Problema</i> .....	3
1.4 - <i>Objetivos</i> .....	5
1.5 - <i>Justificativa</i> .....	6
1.6 - <i>Metodologia</i> .....	xx
1.7 - <i>Estrutura</i> .....	12
CAPÍTULO II - DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR).....	14
2.1 - <i>Origens</i> .....	19
2.2 - <i>Aplicações</i> .....	25
CAPÍTULO III – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC).....	30
3.1 – <i>Operacionais</i> .....	33
3.2 – <i>Investimentos</i> .....	34
3.3 – <i>Financiamentos</i> .....	35
CAPÍTULO IV – ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES.....	41
4.1 – <i>Semelhanças e diferenças</i> .....	41
4.2 – <i>Qualidades e limitações</i> .....	47
4.3 <i>Causas e conseqüências</i> .....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro definição do CCL.....	15
Quadro 2 - Variação positiva do CCL.....	16
Quadro 3 - Variação negativa do CCL.....	16
Quadro 4 - Variação nula do CCL.....	16
Quadro 5 - Casos de aumento e diminuição do CCL pelos valores circulantes.....	17
Quadro 6 - Casos de aumento e diminuição do CCL pelos valores não circulantes.....	17
Quadro 7 - Modelo estrutura da DOAR.....	28
Quadro 8 - Modelo do método direto da estrutura da DFC.....	37
Quadro 9 - Modelo do método direto da estrutura da DFC.....	39
Quadro 10 – Quadro comparativo das demonstrações – Semelhanças e diferenças.....	46
Quadro 11 – Quadro comparativo das demonstrações – Qualidades e limitações.....	52
Quadro 12 – Quadro comparativo das demonstrações – Causas e conseqüências.....	56

## **LISTA DE SIGLAS**

DOAR – Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa

BP – Balanço Patrimonial

DRE – Demonstração de Resultado do Exercício

DMPL – Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

CCL – Capital Circulante Líquido

CGL – Capital de Giro Líquido

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante

ANC – Ativo Não Circulante

PNC – Passivo Não Circulante

REF – Resultado de Exercícios Futuros

FASB – Financial Accounting Standards Board

## **RESUMO**

Devido as grandes mudanças que vêm ocorrendo com relação à economia e política brasileira, a área contábil viu-se obrigada a atualizar-se por ter como objetivo principal, auxiliar aos seus usuários nas tomadas de decisões, principalmente gerenciais. Para isso utiliza-se de demonstrações que lhe apresentem dimensões, enfoques e bases para determinar qual o melhor caminho a percorrer frente aos problemas que lhe foram impostos, pois o mercado está muito exigente e sobrevivem somente as melhores.

Frente a esta situação, será abordada neste trabalho uma análise comparativa entre as duas demonstrações contábeis, que traduzem informações importantes para que os usuários da contabilidade possam tomar decisões mais acertadas, sem prejudicar seus clientes. São elas: a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

De acordo com o Anteprojeto de reformulação da Lei nº 6404/76, que identifica uma possível substituição destas demonstrações, quanto à sua obrigatoriedade de elaboração e publicação, estão sendo gerados conflitos, pois esta decisão irá afetar diretamente os usuários dessas demonstrações, causando-lhes problemas nas decisões a serem tomadas com base nestas.



Portanto, será identificado no mesmo as semelhanças e diferenças, qualidades e limitações entre as demonstrações, bem como, as causas e conseqüências desta possível substituição.

## **CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO**

Devido ao processo de globalização da economia, que vem notadamente se desenvolvendo nos últimos anos, está ocorrendo a necessidade de se instalar novos modelos contábeis ligados à economia internacional.

Um destes modelos seria a homogeneização das normas contábeis, direcionada ao ponto de vista dos usuários internos ou externos, pois o movimento de empresas internacionalizadas vem crescendo notadamente, com matrizes em um país e filiais em outras nações e até em outros continentes.

Com isso, torna-se necessária a intensificação de entendimento dos controles financeiros e contábeis, através de uma linguagem igualmente internacionalizada.

No Brasil, como nas demais partes do mundo, os controles contábeis não são mais considerados como meros números, mas como base da informação para definição de estratégias e acompanhamento da execução destas.

Nesse sentido, tem-se tornado cada vez mais necessário que as informações sejam confiáveis, de fácil entendimento e que estejam disponíveis em tempo hábil.

Diante dessa visão atual e da necessidade de maior transparência que a contabilidade deve disponibilizar aos seus usuários, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) merecem um estudo, uma vez que são importantes ferramentas de gestão empresarial, como ficará evidenciado no decorrer deste trabalho.

### ***1.1 Tema***

O tema a ser tratado neste trabalho será uma análise comparativa da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), pois ambas são demonstrações contábeis elaboradas com o fim de gerar informações úteis aos seus usuários, no momento em que se fizerem necessárias.

### ***1.2 Delimitação do Tema***

A DOAR tornou-se obrigatória no Brasil a partir da promulgação da Lei nº 6404, de dezembro de 1976 que se refere às Sociedades por Ações. Já a DFC não requer uma obrigatoriedade em sua elaboração e publicação, através de Lei, entretanto isso não diminui sua importância.

Embora Sá (1991, p. 1) afirme que a “(...) DFC tem sido usada, quase que exclusivamente como instrumento de avaliação de investimento.”, alguns usuários utilizam-se dessa demonstração como

fonte de informações adicionais, no intuito de alcançar um gerenciamento mais adequado aos seus negócios.

O anteprojeto da nova legislação societária prevê a substituição da DOAR pela DFC. Se aprovado em toda a sua essência, torna-se obrigatória a elaboração e publicação desta pelas empresas brasileiras, sendo que em outros países ela já é exigida, como, por exemplo, nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Irlanda do Norte, Austrália, Nova Zelândia e África.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa visando a explanar de forma clara e objetiva um comparativo entre as demonstrações tematizadas, focalizando características, como qualidades, limitações, semelhanças e diferenças as quais possam auxiliar a composição da gama de informações necessárias às decisões tomadas pelos usuários.

Também serão evidenciadas as causas e conseqüências da possível substituição de uma demonstração pela outra, no que diz respeito à obrigatoriedade de publicação, bem como à influência informativa que irá causar a seus usuários.

### ***1.3 Problema***

Realizou-se uma pesquisa visando à possível substituição da DOAR pela DFC, no que tange à obrigatoriedade de sua publicação, proposta no anteprojeto de alteração da Lei nº 6404/76, verificando as

causas e conseqüências que a mudança irá causar, na expectativa de seus usuários.

De acordo com Braga (2001, p. 8), a origem da substituição da DOAR pela DFC, nasceu, de certo modo, das necessidades informativas dos usuários, que estão cada vez mais interessados na capacidade de operação de caixa das empresas. Por esta razão, observa-se que as empresas devem estar insatisfeitas com as informações geradas pela DOAR, no que se relaciona à tomada de decisões gerenciais.

Entretanto, Siqueira (2002, p. 7) diz que as empresas objetivam que a contabilidade coloque-lhes à disposição uma demonstração contábil, que venha a complementar as informações já evidenciadas por outras, para que lhes auxiliem na avaliação da capacidade da empresa.

Diante do exposto, foi realizada uma pesquisa na qual o problema está incluso na qualidade informativa da DOAR em relação a DFC. Este estudo está direcionado também, a responder as dúvidas que estão sendo geradas diante da possibilidade de substituição das demonstrações em questão, como qualidades e limitações, causas e conseqüências, semelhanças e diferenças entre elas.

Portanto, se propõe com este trabalho, responder a seguinte questão: qual a demonstração que disponibiliza uma qualidade informativa mais adequada a necessidade de seu usuário?

## ***1.4 Objetivos***

### **1.4.1 Objetivo Geral**

A pesquisa foi realizada com o intuito de demonstrar as causas e conseqüências de uma possível substituição da DOAR pela DFC, bem como qualidades, limitações, diferenças e semelhanças entre as demonstrações, analisando as características informativas que elas podem gerar.

Portanto, o objetivo deste trabalho é evidenciar de forma clara, as qualidades informativas que as demonstrações em questão podem vir a fornecer aos seus usuários.

### **1.4.2 Objetivo Específico**

Neste trabalho, será realizado um comparativo entre as duas demonstrações em questão, para que se possa identificar suas capacidades informativas, de acordo com suas características, desenvolvimento, apresentação, elaboração e registros.

Segundo Martins (1991, p. 11) “(...) se olharmos do ponto de vista de efetiva utilidade e capacidade preditiva, veremos que a DOAR

é muito mais rica e relevante do que a DFC”. Por este e outros motivos a pesquisa será realizada com o objetivo de evidenciar as características informativas que as demonstrações possam expressar a seus usuários.

Portanto, o objetivo deste detalhamento é que se possa oferecer dados para que o usuário defina qual(is) a(s) demonstração(ões) que fornecerá(ão) a riqueza informativa da qual sua empresa necessita, aquela que lhe proporcione segurança financeira em relação aos negócios a serem realizados por ela.

Para isso foi realizada uma análise das demonstrações em questão, tentando expor os resultados no caso de ambas serem analisadas em conjunto ou em separado.

### ***1.5 Justificativa***

A contabilidade teve sua origem nos primórdios da civilização, desde que o homem começou a preocupar-se com suas posses, mesmo antes de existir uma moeda para realizações comerciais. Utilizava-se de técnicas específicas que, com o passar do tempo foram se aperfeiçoando e se especializando conforme a necessidade real dos “atores”, ao controle de bens.

No período moderno, para estabelecer o controle das inúmeras riquezas que o mundo representava, a contabilidade tornou-se, mais

do que nunca, necessária e encontra-se sustentada pela forma peculiar de registro, hoje universalmente aceito e praticado, denominado de Método das Partidas Dobradas.

Conforme Drumond (1993, p. 29), “O método das partidas dobradas teve sua origem na Itália, embora não se possa precisar em que região. Seu aparecimento implicou a adoção de outros livros, que tornassem mais analítica a contabilidade, (...)”. Com isso, evidencia-se que o método das partidas dobradas, idealizado por Luca Pacioli, foi tão bem elaborado que está sendo utilizado até os dias de hoje.

Em 1976, com o advento da Lei nº 6404 (Lei das Sociedades por Ações), tornaram-se obrigatórias, no Brasil, algumas demonstrações que vieram para auxiliar os usuários da contabilidade, como, por exemplo, o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração de Resultado de Exercício (DRE), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR); gerando-lhes informações acessórias às já existentes.

Essas obrigatoriedades das demonstrações aconteceram após a substituição do Decreto Lei Nº 2627/40 (Decreto Lei das Sociedades por Ações) pela Lei nº 6404/76, pois aquele não exigia as publicações e elaborações delas.



Como visto por Lustosa (1997, p. 1), uma delas foi a DOAR, que tem a finalidade de demonstrar as alterações na posição financeira, evidenciando o fluxo de entradas e de tempo, cujo fundo seja o valor agregado dos elementos que constituem o ativo e passivo.

No entanto, Sá (2002, p. 1) coloca que “(...) com a crescente complexidade dos processos empresariais, a contabilidade começa a apresentar suas vulnerabilidades, o que dificulta ao administrador uma visão precisa da situação financeira e patrimonial do seu negócio”.

Enquanto isso, Rocha & Bauren (2002, p. 10) expõem que o usuário destas demonstrações vem buscando novos meios que o auxiliem a interpretar a realidade de seu negócio, bem como a encontrar uma harmonização contábil diante das novas perspectivas da globalização e em relação às normas contábeis internacionais.

Estas seriam algumas das causas que estão levando a substituição da DOAR pela DFC, dessa forma, Falcini (1992, p. 16) diz que a DFC gera interesse na determinação da situação do risco empresarial, avaliando as futuras distribuições de recursos e buscando conhecer o valor econômico de uma empresa.

Silva *et al.* (1993, p. 10), coloca que a contabilidade tem como objetivo auxiliar aos seus usuários na tomada de decisões, principalmente gerenciais, através de demonstrações que lhe apresentem dimensões, enfoques, bases e informações de acordo com

suas necessidades. Portanto, a informação é dita como um meio indispensável para alcançar os objetivos de uma sociedade.

Frente às questões apresentadas, com relação aos demonstrativos que auxiliam na análise de informações para gerenciar a contabilidade, “(...) a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) iniciou um movimento em defesa da reformulação da Lei nº 6404/76, em prol da substituição da DOAR pela DFC.” (Rocha & Bauren, 2001, p.3)

Isso se pode encontrar ao comparar o artigo 188 da Lei nº 6404/76 com o mesmo artigo do anteprojeto de reformulação da referida Lei.

De acordo com Lustosa (1997, p. 1) “A Lei está em vigor no Brasil desde 1978, e nela a DOAR é vista como um relatório para atender fins legais e não pelo seu potencial de utilidade”.

A DOAR é uma demonstração complementar às demonstrações principais: Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado do Exercício (DRE). Ela procura evidenciar a folga financeira, quer dizer, a liquidez de longo prazo de uma empresa e as alterações na sua posição financeira, permitindo a avaliação de aspectos relacionados com seus investimentos e financiamentos.

“A DOAR, é uma demonstração que apresenta dificuldade de entendimento aos usuários (...)” (Silva *et al.*, 1993, p. 20). Segundo os autores, isso se deve às falhas encontradas na sua interpretação.

“(...) a DOAR é elaborada com base no conceito de Capital Circulante Líquido (CCL), dentro do regime de competência, apresentando a disponibilidade de médio prazo enquanto que a DFC baseia-se no conceito de disponibilidade imediata, dentro do regime de caixa puro.” (Silva *et al.*, 1993, p. 18-19)

Por esta razão, será realizada uma pesquisa, que identifique as características da DOAR e da DFC, procurando traduzir e concluir sobre as informações geradas por elas, bem como sobre as necessidades destas pelos usuários nas tomadas de decisões.

Devido à importância do tema em questão e aos conflitos que estão sendo gerados com relação à possível substituição das demonstrações, será dado um grande enfoque, neste trabalho, no que diz respeito aos problemas que estão se gerando em torno do mesmo assunto. Isso irá afetar diretamente os usuários dessas demonstrações, gerando problemas nas decisões a serem tomadas com base nestas.

## ***1.6 Metodologia***

A metodologia adotada para a realização dessa pesquisa baseou-se no levantamento bibliográfico e comparativo, feito através de

livros, artigos, dissertações e outros materiais que abordem o tema. O levantamento em questão está sendo realizado em bibliotecas, junto aos professores e colegas do curso de Ciências Contábeis, via internet e periódicos da área contábil.

Portanto, será utilizado o método bibliográfico na realização deste trabalho, que “(...) trata de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar conteúdos já existentes sobre o assunto em estudo.” (Martins, 1994, p. 2)

Após essa etapa, foram selecionados os materiais de forma que melhor aborde o tema. Passou-se logo após para a leitura dos diversos artigos de periódicos, internet e livros, buscando um maior conhecimento, através da compreensão e interpretação dos dados obtidos.

Como coloca Andrade (1999, p. 70), “(...) é indispensável, antes de elaborar um plano de redação, imaginar o tipo de abordagem; os tópicos que serão focalizados e quais os que merecerão maior ênfase (...)”

Portanto, para se alcançar os objetivos específicos da pesquisa, as informações coletadas foram minuciosamente analisadas, para que se pudesse adequá-las ao tema escolhido, além de conseguir agrupar dados na mesma linha de pensamento. Também verificou-se se

continham as informações que seriam necessárias para o andamento deste estudo.

Ao final de todas essas etapas, foi desenvolvida e redigida a pesquisa sobre o tema em questão, estando de acordo com as normas metodológicas.

### ***1.7 Estrutura***

Este trabalho será composto de quatro capítulos, nos quais será desenvolvido o estudo conforme os objetivos e metas propostos.

**CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO:** este capítulo trata do objetivo justificado deste trabalho bem como da metodologia científica adotada em sua realização.

**CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS:** este capítulo está composto do detalhamento desta demonstração contábil e também da sua forma de montagem e das informações dela emanadas.

**CAPÍTULO III – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA:** este capítulo aborda o detalhamento desta demonstração bem como sua forma de montagem e informações geradas por ela.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES: este capítulo está composto não só da análise comparativa detalhada entre as demonstrações, suas semelhanças e diferenças, qualidades e limitações, como também das causas e conseqüências de suas possíveis substituições de elaboração e publicação.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, das quais constam as conclusões que se chegou após a realização deste trabalho e, em seguida, as fontes bibliográficas utilizadas para consulta e embasamento do presente estudo.

## **CAPÍTULO II - DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR)**

Dentre as várias demonstrações de origens e aplicações de fundos, está a DOAR, conhecida também como uma demonstração de origens e aplicações relacionadas aos recursos de curto prazo ingressados no patrimônio da empresa durante um período, o que contribui para a modificação da posição financeira desta.

Conforme a Lei 6404/76, a DOAR tornou-se obrigatória no Brasil no ano de 1978, quando entrou em vigor.

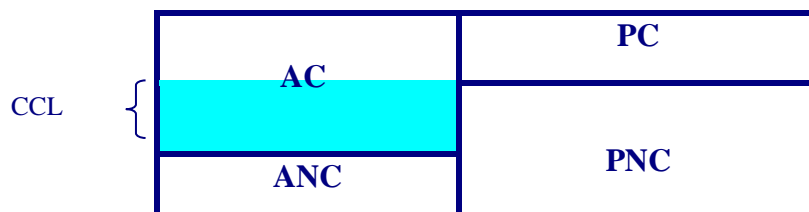
De acordo com o artigo nº 176 da referida Lei, a DOAR é uma das demonstrações financeiras que deverá obrigatoriamente ser elaborada no fim de cada exercício social, com base na escrituração da empresa, e deverá exprimir a situação do patrimônio bem como as modificações ocorridas no exercício.

Já no seu artigo nº 188, fica claro o modo pelo qual essa demonstração deverá ser apresentada, indicando as modificações na posição financeira da empresa através da discriminação das origens e aplicações de recursos, de forma clara ao entendimento de seus usuários.

A informação principal que a DOAR fornece é a variação do Capital Circulante Líquido (CCL), também conhecido como Capital de Giro Líquido (CGL). O CCL é constituído de recursos não correntes investidos no Ativo Circulante (AC) e é apresentado, ainda, como o excesso do Ativo Circulante (AC) sobre o Passivo Circulante (PC).

Logo, pode-se dizer que o CCL está relacionado com o índice de liquidez corrente, demonstrando a capacidade relativa de conversão de ativos em caixa no curto prazo e a capacidade de pagamentos das obrigações de uma empresa no momento de seus vencimentos, quer dizer, sua capacidade de solvência.

Para melhor evidenciar o aumento ou a redução do CCL, será demonstrada a sua variação conforme esquema a seguir:



Quadro 1 – Quadro definição CCL

Onde:

CCL – Capital Circulante Líquido

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante

ANC – Ativo Não Circulante

PNC – Passivo Não Circulante



Conseqüentemente, a análise dos aumentos ou diminuições do AC e do PC, do ANC e do PNC levará à apuração da variação final do CCL, que pode ser positiva, negativa ou nula como segue:

- CCL positivo: ocorrerá quando o valor do AC for superior ao do PC ( $AC > PC$ )

CCL Positivo {	AC	PC
	ANC	PNC

Quadro 2 – Variação positiva do CCL

- CCL negativo: ocorrerá quando o valor do AC for menor que o do PC ( $AC < PC$ )

AC	PC	} CCL Negativo
ANC	PNC	

Quadro 3 – Variação negativa do CCL

- CCL nulo: ocorrerá quando o valor do AC for igual ao valor do PC ( $AC = PC$ )

AC	PC
ANC	PNC

Quadro 4 – Variação nula do CCL

O CCL representa a diferença entre o AC e o PC refletindo no ANC e no PNC.

Logo, se houver um aumento de AC e/ou ocorrer diminuição do PC, ter-se-á um aumento de CCL. O inverso também é verdadeiro, com a diminuição de AC e/ou o aumento do PC ocorrerá a diminuição do CCL.

<b>Aumento do CCL</b>	<b>Diminuição do PC</b>
	<b>Aumento do AC</b>
<b>Diminuição do CCL</b>	<b>Diminuição do AC</b>
	<b>Aumento do PC</b>

Quadro 5 – Casos de aumento e diminuição do CCL, pelos valores circulantes

Outra maneira de se observar a variação do CCL é através dos valores não circulantes. Portanto, o aumento do Passivo Não Circulante (PNC) e a diminuição do Ativo Não Circulante (ANC) provoca uma aumento do CCL, e a diminuição do PNC e o aumento do ANC demonstram a diminuição do CCL.

<b>Aumento do CCL</b>	<b>Aumento do PNC</b>
	<b>Diminuição do ANC</b>
<b>Diminuição do CCL</b>	<b>Diminuição do PNC</b>
	<b>Aumento do ANC</b>

Quadro 6 – Casos de aumento e diminuição do CCL, pelos valores não circulantes

Com isso, para demonstrar a situação financeira da empresa através do CCL, a DOAR tem de evidenciar as origens e aplicações de recursos, explicando as mutações financeiras em sua totalidade.

No entanto, Siqueira (2002, p. 2) diz que nessa demonstração os financiamentos estão representados pelas origens de recursos e os investimentos pelas aplicações, sendo que o significado de recursos aqui alocados não é simplesmente o de dinheiro ou de disponibilidades, pois abrange um conceito mais amplo, que vise a representar o CCL, quer dizer, a curto prazo.

Na DOAR, são fornecidos dados importantes que não constam nas demais demonstrações financeiras. Ela depende, para sua realização, tanto do Balanço Patrimonial (BP) como da Demonstração de Resultado de Exercício (DRE), pois estas demonstrações possuem a base de informações para a elaboração dela.

Segundo Silva *et al.* (1993, p. 15), a DOAR busca demonstrar as alterações que ocorrem na posição financeira da empresa, admitindo analisar aspectos relacionados com as decisões financeiras dela pelo fluxo de recursos.

Como coloca Gitman (1987, p. 15), “(...) sua maior vantagem está na avaliação das origens e aplicações. O conhecimento dos padrões históricos da utilização dos recursos dá ao administrador financeiro melhores condições de planejar as necessidades futuras em prazos intermediários a longos (...)”.

Para se indicar as modificações na posição financeira da empresa, deverão ser analisados os seus recursos. Nesse sentido, faz-se necessária a separação das origens e das aplicações de recursos.

## ***2.1 Origens***

As origens de recursos são representadas pelos aumentos no CCL, e são oriundas de três fontes:

- das operações
- dos acionistas
- de terceiros

Os recursos oriundos das operações decorrem da natureza da empresa, quer dizer, das operações realizadas por ela, sendo representadas pelas receitas que originam recursos menos as despesas que causaram sua utilização, sendo que as operações da empresa dizem respeito a seu objeto comercial.

Logo, a ocorrência de lucro nas operações da empresa representa uma origem de recursos. Quando houver prejuízo, ocorrerá uma aplicação deles.

No momento em que são analisadas as operações, tem-se que tomar determinados cuidados, pois algumas delas devem ser ajustadas ao lucro ou prejuízo encontrado no exercício, porque alteram os saldos

dos valores circulantes e não circulantes sem alterar o CCL. São algumas delas:

- Depreciação, amortização e exaustão;
- Variação nos Resultados de Exercícios Futuros (REF);
- Lucro ou prejuízo registrados pelo método de equivalência patrimonial para investimentos em coligadas e controladas;
- Variação monetária de dívidas a longo prazo;
- Ajuste de exercícios anteriores, etc.

Assim sendo, os valores registrados como despesa de depreciação, amortização e exaustão, durante o ano, devem ser adicionados ao lucro líquido, pois mesmo sendo considerados despesas do exercício, diminuindo o resultado, eles não alteram o CCL. Eles reduzem o ativo permanente e o patrimônio líquido na mesma proporção sem alterar os valores do AC e do PC.

Já na variação nos resultados dos exercícios futuros, o valor dela representa lucro que, pelo regime contábil de competência, pertence a exercícios futuros, portanto já afetou o CCL.

Logo, se o saldo do REF tiver um aumento no exercício, significa que a empresa já o recebeu, aumentando o CCL, mas sem que o tenha registrado como receita, quer dizer, não fez parte do lucro do ano. Entretanto este deve ser adicionado ao resultado do exercício, por ser um recebimento originado pelas operações da empresa. Já se

houver redução no saldo do REF, esse valor deve ser diminuído do lucro líquido.

Se a empresa possuir investimentos em coligadas ou controladas e utilizar do método de Equivalência Patrimonial para avaliá-los, o resultado dessa operação deve ser registrado como receita ou despesa proporcional ao lucro ou prejuízo das investidas no período. Esse resultado não afeta o CCL da investidora, por isso, se for receita, esse valor deve ser diminuído do lucro líquido e, se for despesa, deve ser acrescentado.

Caso ocorram variações monetárias da dívida a longo prazo, estas devem aparecer como ajuste ao lucro líquido do exercício e não como origens de recursos, pois essas despesas afetam o lucro por reduzirem o patrimônio líquido através da despesa com a dívida e aumentarem o exigível a longo prazo pela alteração para maior do valor principal da dívida, mas não alteram o CCL.

Se ocorrerem ajustes de exercícios anteriores, quer dizer, retificação de erros decorrentes do efeito da mudança de prática contábil, este valor deve ser ajustado nos saldos iniciais do balanço diretamente na conta de lucros ou prejuízos acumulados, não afetando, portanto, o lucro líquido do ano. Para melhor identificar estes ajustes, eles devem ser ajustados nas contas a que se referem no balanço, como se já houvessem sido registrados nos anos anteriores, ficando assim excluído desse efeito o CCL.

No que se refere aos recursos originados pelos acionistas, pode-se dizer que estão totalmente vinculados às questões oriundas do capital social da empresa.

Segundo Iudícibus *et al.* (2000, p. 337 e 341), uma das origens pode ser pela integralização do capital por acionista durante o exercício, aumentando a disponibilidade da empresa. Outra origem pode ser pelo valor efetivado no exercício por ágio na emissão de ações, pelos produtos da alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição ou por doações e subvenções recebidas.

No caso de haver uma integralização por subscrição de capital ou a empresa receber uma doação que não seja em dinheiro, não haverá alteração no CCL, pois ambas aumentarão os valores correspondentes no ANC e PNC. Mas é necessário que se evidencie a modificação na posição financeira, registrando valor atribuído como origem e também como aplicação.

Em última análise, tem-se os recursos originados de terceiros, “(...) que são obtidos por empréstimos contratados pela empresa para pagamento a longo prazo, bem como pela venda de ativos permanentes a terceiros e transformações do realizável a longo prazo em ativo circulante.” (Iudícibus *et al.*, 2000, p. 338)

Pela aquisição de novos empréstimos no decorrer do exercício, ocorre um acréscimo no ativo circulante e conseqüentemente um aumento do passivo exigível a longo prazo.

Logo, Iudícibus *et al.* (2000, p. 341) diz que, esse aumento no exigível a longo prazo, não deve ser apenas o aumento líquido, ou seja, a diferença entre os novos empréstimos obtidos e os pagamentos ou reduções por transferência para curto prazo. Assim sendo, o valor dos novos empréstimos deve figurar pelo valor total como origem e as reduções por pagamento ou transferência para o passivo circulante devem ser apresentadas como aplicações.

Isso se dá para que fiquem melhor evidenciadas as aplicações e origens de recursos no grupo dos exigíveis a longo prazo.

A redução do realizável a longo prazo se dá pela transferência deste para o ativo circulante através do recebimento ou da venda desse ativo, aumentando assim o CCL. Da mesma forma, um acréscimo nesse saldo representa aplicação de recursos.

Logo, diz-se que “a técnica correta é obter uma comparação sumária do movimento do Realizável a Longo Prazo durante o exercício, de forma a classificar suas adições como aplicações e as reduções como origens.” (Iudícibus *et al.*, 2000, p. 341)



E, com a venda do imobilizado, ocorrem alterações e baixa de investimentos, bens e direitos do ativo imobilizado, sendo que a alteração do CCL ocorre pelo valor da venda.

Segundo Iudícibus *et al.* (2000, p. 342), “como o lucro (ou prejuízo) na transação está computado no lucro líquido do exercício e, por outro lado, há uma redução no imobilizado por seu valor líquido contábil, basta somá-los para se ter esse valor de venda.”

Logo, existem duas formas de representar essa operação:

a) o lucro líquido é adicionado ao valor líquido contábil das baixas, chegando, assim, ao total das origens das operações, forma essa muito utilizada, mas desaconselhável. Logo, utilizando unidades monetárias (u) na apresentação, temos:

Valor da venda de um terreno	1.000,00 u
Valor contábil líquido do terreno vendido	<u>600,00 u</u>
Lucro na transação	400,00 u

O lucro na transação que afetou o lucro líquido do ano foi de 400,00 u, mas a origem total foi de 1.000,00 u, e a baixa no imobilizado foi de 600,00 u. Sua representação na DOAR ficará da seguinte forma (considerando o lucro líquido de 5.000,00 u após o cálculo do resultado de 400,00 u):

#### Origens de recursos

Lucro líquido do exercício	5.000,00 u
(+) Valor líquido contábil das baixas do imobilizado	<u>600,00 u</u>
Total gerado pelas operações	5.600,00 u
Total da origens	5.600,00 u

b) Reduz-se o valor do lucro não operacional da venda do imobilizado do lucro líquido, registrando, ao mesmo tempo, o valor total, produzido por essa transação, como origem. Nesta forma, tem-se a vantagem de mostrar o valor efetivo originado pelas operações normais da empresa, sendo utilizada quando envolver valores significativos dessa transação. Logo:

#### Origem de recursos

Lucro líquido do exercício	5.000,00 u
(-) lucro na venda de bens do imobilizado	<u>(400,00) u</u>
Total gerado pelas operações	4.600,00 u
Outras origens	
(+) Valor de venda de bens do imobilizado	<u>1.000,00 u</u>
Total das origens	5.600,00 u

## ***2.2 Aplicações***

Após o estudo das origens de recursos, tem-se as suas aplicações, que são representadas pelas diminuições do CCL, e são oriundas de três fontes diferentes:

- Inversões permanentes
- Pagamentos de empréstimos a longo prazo
- Remuneração dos acionistas

Diz-se que ocorrem inversões permanentes quando da aquisição de bens de ativo imobilizado, aquisição de novos investimentos permanentes em outras sociedades e aplicação de recursos no ativo diferido.

Quanto ao pagamento de empréstimos a longo prazo, isso se dá pela liquidação deste, bem como pela transferência de um saldo de empréstimo a longo prazo para o passivo circulante.

Já a remuneração dos acionistas nada mais é que os dividendos distribuídos a eles durante o exercício.

Ao mesmo tempo que existem origens e aplicações de recursos que afetam o CCL, ocorrem também aqueles que não afetam o CCL e que aparecem na DOAR, como:

- Aquisição de bens do ativo permanente pagáveis a longo prazo;
- Conversão de empréstimos de longo prazo em capital;
- Integralização de capital em bens do ativo permanente;
- Venda de bens do ativo permanente a longo prazo.

Em ambos os casos, decorre uma origem e uma aplicação de capital nas respectivas contas e grupos do ativo e passivo.

Na aquisição de bens do ativo permanente pagáveis a longo prazo, aumentará o ANC e conseqüentemente o PNC, acontecendo, portanto, uma aplicação pelo acréscimo do Ativo Permanente e ao mesmo tempo uma origem pelo financiamento obtido pelo acréscimo no Exigível a Longo Prazo no exercício, como se houvesse entrado um recurso que fosse imediatamente aplicado.

Já a conversão de empréstimos de longo prazo em capital decorre de uma origem pelo aumento de capital e, paralelamente, uma aplicação pela redução do Exigível a Longo Prazo, como se houvesse ingresso de recursos de capital aplicado na liquidação da dívida.

Na integralização de capital em bens do ativo permanente, não há efeito sobre o CCL, mas o aumento de capital será representado como origem e como aplicação, os bens do ativo permanente recebidos, como se houvesse essa circulação do recurso.

Por último, a venda de bens do ativo permanente, a longo prazo, deve ser demonstrada na origem, como se fosse recebido o valor da venda, e na aplicação como se houvesse o empréstimo sido feito para recebimento a longo prazo.

Para que fique melhor explicada a DOAR, será mostrada a estrutura básica desta, demonstrada por Siqueira (2002, p. 5):

<b>DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>			
<b>I – ORIGENS DE RECURSOS</b>			
<b>- DAS OPERAÇÕES</b>			
Lucro líquido do Exercício			
(+ Depreciação, amortização e exaustão			
(+ Variação monetária de empréstimos e financiamentos a longo prazo			
(+ Perda por equivalência patrimonial			
(+ Prejuízo na venda de bens e direitos do ativo permanente			
(+ Recebimentos no período classificados como REF			
(- Ganhos por equivalência patrimonial			
(- Lucro na venda de bens e direitos do ativo Permanente			
(- Transferência de REF para resultado do exercício			
(+/-) Outras despesas e receitas que não afetam o CCL			
<b>- DOS PROPRIETÁRIOS</b>			
(+ Realização do capital social e contribuições para reservas de capital			
<b>- DE TERCEIROS</b>			
(+ Redução de bens e direitos do ativo realizável a longo prazo			
(+ Valor de alienação de bens ou direitos do ativo permanente			
(+ Aumento do passivo exigível a longo prazo			
<b>II – APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>			
- Dividendos pagos, creditados ou propostos			
Aumento do ativo realizável a longo prazo			
Aquisição de bens e direitos do ativo permanente			
Redução do passivo exigível a longo prazo			
<b>III – VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>			
<b>IV – DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CCL</b>			
Elementos	Inicial	Final	Variações
Ativo Circulante (AC)	X	X	X
(-) Passivo Circulante (PC)	X	X	X
(=) Capital Circulante Líquido (CCL)	X	X	X

Quadro 7 – Modelo da estrutura da DOAR

Ao observar a estrutura desse demonstrativo, evidencia-se de forma clara o assunto enfatizado anteriormente, quer dizer, o modo pelo qual a DOAR é apurada e apresentada, conforme exigência da Lei nº 6404/76.

Esta demonstração evidencia a variação do CCL, conta por conta, tornando-a bem mais informativa para fins de conhecimento e análise dos usuários.

Após analisar-se a DOAR, em toda a sua essência, torna-se necessário que se conheça também a DFC, para que, assim, possa-se cumprir o objetivo deste trabalho.

### **CAPÍTULO III – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)**

Devido aos problemas encontrados pelas pessoas que se utilizam de informações advindas da DOAR, estão ocorrendo questionamentos sobre a utilização de uma demonstração de interpretação mais fácil, que gere informações conforme a necessidade decisória de cada usuário.

Dessa forma, está se cogitando a substituição da publicação e elaboração da DOAR pela DFC. Segundo Braga & Marques (2001, p. 7), a DFC não é uma demonstração completa como a DOAR, mas é de interpretação mais simples e objetiva.

A DFC não é uma demonstração que tenha elaboração e publicação obrigatória por Lei, apesar de muitas empresas utilizarem-se dela como complemento às suas informações.

Ela coloca à disposição dos usuários informações sobre aumento e diminuição de disponibilidades de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

Segundo Siqueira (2002, p. 6), “O fluxo de caixa compreende a movimentação das contas que representam as disponibilidades imediatas da empresa, ou seja, caixa, propriamente dito, depósitos

bancários à vista, numerários em trânsito e aplicações de liquidez imediata.”

Conforme Braga & Marques (1991, p. 7), a DFC serve de instrumento para avaliação da liquidez da empresa, analisando sua capacidade e garantia de pagamento das dívidas nos respectivos vencimentos.

Essa demonstração tem o objetivo de proporcionar ao gerente financeiro a elaboração de um planejamento financeiro mais eficaz, que venha a proporcionar maiores rendimentos à empresa.

Com isso, pode-se dizer que a DFC faz com que a contabilidade volte ao custo histórico puro, quer dizer, com valores de aquisição, sem a incidência de inflação. “(...) para sua realização, é necessário que o Balanço Patrimonial e a DRE sejam elaboradas também a custo histórico, e que se faça um plano de contas a pagar e a receber.” (Martins, 1991, p. 1)

Segundo Iudícibus *et al.* (2000, p. 351) “a DFC quando analisada em conjunto com as demais demonstrações financeiras, permite que os usuários avaliem a capacidade da empresa em gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa e a capacidade da empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos.”



Pode-se também observar, por esta análise, a liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa, bem como a taxa de conversão de lucro em caixa.

Para que isso seja cumprido, Iudícibus *et al.* (2000, p. 351) diz que a DFC deve evidenciar os efeitos periódicos das operações de caixa segregadas pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento da empresa, bem como demonstrar, em Notas Explicativas, as transações que afetam a situação patrimonial da empresa mas não refletem diretamente os fluxos de caixa do período.

Através da DFC os usuários podem obter alguns indicadores que os ajudem a descobrir a capacidade da empresa em gerar caixa. Alguns deles são: capacidade de geração de caixa, capacidade do patrimônio líquido em gerar caixa e a capacidade de pagamentos das dívidas de curto prazo.

Na DFC, os recursos são classificados por grupo de atividades vinculadas à movimentação de caixa. Para tanto, segundo o *Financial Accounting Standards Board* (Fasb), órgão normatizador das práticas contábeis americanas, que foi pioneiro na definição do modelo de DFC nos Estados Unidos, e se assemelha à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) existente no Brasil, os grupos de atividades se dividem em:

- Operacionais
- De investimentos

- De financiamentos

### **3.1 Operacionais**

São aquelas relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços, bem como com as atividades que não são relacionadas, como de investimentos e financiamentos. Normalmente estas atividades estão apresentadas na Demonstração de Resultados. (Iudícibus *et al.*, 2000, p. 352)

No entanto, o detalhamento deste grupo precisa ser adaptado a cada tipo de empresa, para correta demonstração dos principais pagamentos (saídas) e recebimentos (entradas) operacionais da empresa.

Como entradas, Iudícibus *et al.* (2002, p. 352) cita os recebimentos pela venda de produtos e serviços à vista, ou das duplicatas relativas a vendas a prazo, os recebimentos de juros sobre empréstimos concedidos e aplicações financeiras em outras entidades, receitas por desconto de duplicatas, recebimento de dividendos pela participação no patrimônio de outras empresas, bem como os recebimentos que não se originam de transações de atividades de investimento ou financiamento.

Já as saídas podem ser por pagamentos a fornecedores referentes à compra de matéria-prima para a produção ou bens para

revenda, ou por insumos de produção, incluindo os serviços prestados por terceiros, ou pelos salários e encargos. Também estão aqui incluídos os pagamentos de tributos federais, estaduais e municipais e os pagamentos de juros por financiamentos obtidos.

Segundo Siqueira (2002, p. 6), este fluxo indica a capacidade que as operações da empresa têm de gerar fluxos de caixa para amortização de empréstimos, manutenção de capacidade operacional da empresa, pagamento de dividendos e realizações de novos investimentos.

### ***3.2 Investimentos***

São aquelas atividades “(...) relacionadas com o aumento e diminuição dos ativos de longo prazo que a empresa utiliza para produzir bens e serviços. Incluem-se aqui a concessão e recebimento de empréstimos, aquisição e venda de instrumentos financeiros e patrimoniais de outras entidades e ainda a aquisição e alienação de imobilizado.” (Iudícibus *et al.* 2000, p. 353)

Como entradas, Iudícibus *et al.* (2002, p. 353) cita os recebimentos do principal dos empréstimos concedidos ou da venda desses ativos a outras entidades, da venda de títulos de investimento a outras entidades, da venda de participações em outras empresas, do resgate de participações pelas entidades investidas e de imobilizado e outros ativos fixos utilizados na produção.

Já as saídas são decorrentes do desembolso dos empréstimos concedidos pela empresa e pagamento pela aquisição de títulos de investimento de outras entidades, pela aquisição de títulos patrimoniais de outras empresas e pela compra de ativos fixos utilizados na produção, mais terrenos, edificações e equipamentos.

### ***3.3 Financiamentos***

Logo, as “(...) atividades relacionadas com os empréstimos de credores e investidores à entidade, são as de financiamento. Bem como obtenção de recursos dos donos e o pagamento a estes de retornos sobre seus investimentos ou do próprio reembolso do investimento. Inclui-se também a obtenção de empréstimos junto a credores e a amortização ou liquidação destes.” (Iudícibus *et al.* 2000, p. 353)

Como entradas, Iudícibus *et al.* (2002, p. 353) cita as vendas de ações emitidas, os empréstimos obtidos no mercado através de emissão de títulos e os recebimentos de contribuições com a finalidade de adquirir, construir ou expandir as instalações, incluindo equipamentos necessários à produção.

Já as saídas decorrem dos pagamentos de dividendos, pelo resgate de ações da própria empresa, bem como o pagamento por

empréstimos obtidos e o principal referente a imobilizado adquirido a prazo.

Após serem analisados os grupos de atividades em que a DFC é dividida, as empresas podem optar por dois métodos para a sua elaboração. Mesmo porque, a única diferença que ocorre na sua apresentação é na parte relativa às atividades operacionais, sendo que as atividades de investimento e financiamento permanecem as mesmas para ambos os métodos, que são:

- método direto
- método indireto.

O método direto é utilizado para divulgar a DFC oriunda das atividades operacionais, pois nela são demonstradas as entradas e saídas brutas dos valores disponíveis, dos principais componentes das atividades operacionais.

Segundo informa Siqueira (2002, p. 7), “(...) este método (...) consiste em classificar os recebimentos e pagamentos utilizando as partidas dobradas e tem como vantagem permitir a geração de informações com base em critérios técnicos livres de qualquer interferência da legislação fiscal.”

Logo, a utilização das partidas dobradas para gerar informações de caixa é a segurança de que todos os valores que passaram pelo caixa foram registrados.

A empresa que se utilizar do método direto deve detalhar os fluxos das operações em entradas e saídas de recursos. As entradas são compostas pelos recebimentos de clientes, de juros e dividendos e outros recebimentos das operações, já as saídas, pelos pagamentos a empregados e fornecedores de produtos e serviços, juros pagos, impostos e outros pagamentos das operações se houver.

Será demonstrado a seguir o modelo genérico de DFC método direto, modelo baseado no adotado pelo FASB, demonstrado por Siqueira (2002, p. 8-9):

<b>FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO</b>
<b><i>Das Atividades Operacionais</i></b>
(+) Recebimentos de clientes e outros
(-) Pagamentos a fornecedores
(-) Pagamentos a funcionários
(-) Recolhimentos ao Governo
(-) Pagamentos a credores diversos
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais
<b><i>Das Atividades de Investimentos</i></b>
(+) Recebimento de venda de imobilizado
(-) Aquisição de Ativo Permanente
(+) Recebimento de dividendos
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos
<b><i>Das Atividades de Financiamentos</i></b>
(+) Novos empréstimos
(-) Amortização de empréstimos
(+) Emissão de debêntures
(+) Integralização de capital
(-) Pagamento de dividendos
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamento
<b><i>Aumento/diminuição nas disponibilidades</i></b>
<b><i>DISPONIBILIDADES – no início do período</i></b>
<b><i>DISPONIBILIDADES – no final do período</i></b>

Quadro 8 – Modelo do método direto da estrutura da DFC

Como se pode ver, este é um modelo de DFC método direto, baseado no modelo FASB, que tem sua estrutura distribuída em atividades, como já havia sido colocado anteriormente no estudo realizado.

Já no método indireto, Iudícibus *et al.* (2002, p. 356) coloca que ele parte do lucro líquido extraído da DRE e faz as adições e subtrações a estes dos itens que afetam o lucro mas não afetam o caixa, e dos que afetam o caixa e não afetam o lucro. Chega-se assim ao valor das disponibilidades produzidas no período pelas operações registradas na DRE.

Logo, pode-se dizer que a primeira parte do método indireto, o qual se refere ao lucro líquido ajustado, é semelhante à DOAR, no que diz respeito às contas circulantes.

“Sua principal utilidade é mostrar as origens ou aplicações de caixas decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio.” (Iudícibus, *et al.*, 2000, p. 356)

Portanto, Iudícibus *et al.* (2002, p. 355) coloca que, para realizá-la, é necessário remover do lucro líquido os diferimentos de transações que foram caixa no passado e todas as alocações no resultado de eventos que podem ser caixa no futuro.

Também, conforme Iudícibus *et al.* (2002, p. 355), deve-se remover as alocações ao período do consumo de ativos de longo prazo e aqueles itens cujos efeitos no caixa sejam classificados como atividades de investimento ou financiamento, que são as depreciações, amortizações e ganhos ou perdas na venda de imobilizado e na baixa de estoque.

Será demonstrado a seguir o modelo genérico de DFC método indireto, modelo baseado no adotado pelo FASB, demonstrado por Siqueira (2002, p. 9):

<b>FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO</b>
<b><i>Lucro Líquido</i></b>
(-) Aumento de estoques
(+) Depreciação
(-) Aumento de clientes
(+) Pagamento a funcionários
(+) Contas a pagar
(+) Pagamentos de impostos e tributos
(+) Aumentos de fornecedores
(=) Fluxo de caixa operacional líquido
<b><i>Das Atividades de Investimentos</i></b>
(+) Recebimento de venda de imobilizado
(-) Aquisição de Ativo Permanente
(+) Recebimento de dividendos
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos
<b><i>Das Atividades de Financiamentos</i></b>
(+) Novos empréstimos
(-) Amortização de empréstimos
(+) Emissão de debêntures
(+) Integralização de capital
(-) Pagamento de dividendos
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamento
<b><i>Aumento/diminuição nas disponibilidades</i></b>
<b><i>DISPONIBILIDADES – no início do período</i></b>
<b><i>DISPONIBILIDADES – no final do período</i></b>

Quadro 9 – Modelo do método indireto da estrutura da DFC



Após observar a estrutura do modelo indireto da DFC, verifica-se o que já foi estudado no que diz respeito à semelhança com a DOAR na evidenciação das contas circulantes, bem como a diferença com o método direto, no que tange às atividades operacionais. Sendo assim, o método indireto apresenta informações mais apuradas da posição financeira da empresa do que o método direto.

## **CAPÍTULO IV – ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES**

De acordo com o objetivo proposto a este trabalho, será realizado um comparativo entre a DOAR e a DFC, expondo informações necessárias para que seus usuários possam conhecer melhor suas formas de demonstrar os resultados, bem como a influência destas demonstrações na opinião deles. Isso ocorrerá através da análise de suas semelhanças e diferenças, qualidades e limitações, causas e conseqüências.

### ***4.1 – Semelhanças e diferenças***

Conforme o estudado neste trabalho, constatou-se a existência de semelhanças e diferenças entre as demonstrações em questão, as quais serão apresentadas a seguir.

Dentre as demonstrações, a DOAR possibilita ao administrador financeiro analisar as origens e aplicações históricas de recursos da empresa, mostrando os rumos que vêm sendo seguidos, as fontes utilizadas para financiar as atividades, a velocidade, as modificações sofridas e as tendências futuras das condições da empresa.

Para obtenção de seus resultados, a DOAR utiliza, como base informativa, o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

Já a DFC constitui um relatório contábil importante para o entendimento da situação financeira a curto prazo da empresa, pois possibilita a previsão da capacidade futura desta de gerar caixa, e também pode obter uma análise prospectiva diferente, necessária para prever problemas de insolvência avaliando o risco, o caixa e os dividendos futuros.

Para isso, a DFC possui, como base informativa para sua realização, o Balanço Patrimonial (BP) a custo histórico e, para a elaboração da DFC método indireto, utiliza-se da Demonstração de Resultado de Exercício (DRE), que deve, também, ser elaborada a custo histórico, quer dizer, sem nenhuma correção monetária, mesmo na existência da inflação.

No que diz respeito à abrangência informativa das demonstrações, a DOAR gera informações de liquidez de médio a longo prazo, pois analisa a política de investimentos e financiamentos utilizados pela empresa, sendo considerada como instrumento gerencial, respondendo a questões sobre sua situação, suas alterações, tendências, bem como habilidades da gerência.

Segundo Siqueira (2002, p. 1), a DOAR explica a variação do CCL ocorrido de um ano para o outro, ajudando na compreensão de como e porquê a posição financeira de uma empresa mudou de um exercício para outro.

Portanto, a variação do CCL é a informação principal fornecida pela DOAR, pois este está relacionado com o índice de liquidez corrente, quer dizer, sua capacidade de solvência.

Para isso, os valores que compõem o CCL são extraídos das contas que estão relacionadas no AC e PC e também explicadas através da análise dos valores não circulantes extraídos do Balanço Patrimonial.

A DFC, por sua vez, procura evidenciar o fluxo de recebimentos e de pagamentos para um período a curto prazo, compreendendo as movimentações das contas que representam as disponibilidades imediatas da empresa, sendo este seu objetivo principal.

Levando em consideração a opinião e decisão dos usuários das demonstrações, ambas informam sobre liquidez e solvência da empresa, sendo que possuem objetivos diferenciados.

A DOAR demonstra, através do CCL, as operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício, evidenciando as alterações na sua posição financeira.

Já a DFC auxilia os usuários na avaliação da capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa líquidos positivos, decorrentes de

suas atividades, proporcionando ao gerente financeiro a elaboração de um planejamento financeiro que venha a proporcionar maiores rendimentos à empresa, bem como conversão de lucros em caixa.

No que diz respeito à compreensão das demonstrações, a DFC método direto apresenta um melhor entendimento por parte de seus usuários, pela sua simplicidade de exposição e estrutura, sendo compreendida até por leigos nesse tipo de demonstração, o que não ocorre com a DFC realizada pelo método indireto e com a DOAR, pois se utilizam de conceitos um tanto subjetivos e difíceis de entender.

Dessa forma, na elaboração da DOAR, evidenciam-se as modificações na posição financeira da empresa, discriminando as origens e aplicações de recursos, onde as origens são representadas pelos financiamentos, e as aplicações pelos investimentos.

De outra banda a DFC é classificada em grupos de atividades operacionais, de investimento e financiamento, e pode ser demonstrada através de dois métodos: método direto e método indireto.

No método direto, evidenciam-se todos os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos; já o método indireto assemelha-se à apresentação da DOAR por usar o

lucro líquido ajustado pelos itens que afetam o resultado mas que não modificam o caixa da empresa.

No entanto, as informações geradas por ambas as demonstrações também possuem o mesmo foco: o usuário, pois estas revelam um planejamento financeiro, que busca demonstrar as necessidades futuras da empresa, bem como ajudar na tomada de decisões gerenciais, através das análises realizadas pelos seus usuários.

Logo, Silva *et al.* (2002, p. 18-19) coloca que a DOAR é elaborada com base no conceito de capital circulante líquido, dentro do regime de competência, apresentando, assim, a disponibilidade da empresa a médio prazo, enquanto a DFC baseia-se no conceito de disponibilidade imediata, dentro do regime de caixa puro.

Nesse sentido, Campos Filho (1999, p. 22) coloca que, no regime de competência, a receita é reconhecida quando ocorre a venda ou a prestação de serviço, junto com a entrega da mercadoria, e a despesa, quando incorrida, independente de ter sido paga ou não.

Já no regime de caixa, os registros são determinados pelas datas de recebimento e pagamentos.

Sendo assim, verifica-se que existem semelhanças e diferenças entre a DOAR e a DFC, no tocante a sua apresentação e estruturação, bem como nas informações que elas fornecem a seus usuários.

Para uma melhor compreensão, será apresentado a seguir um quadro comparativo, demonstrando resumidamente o que foi exposto anteriormente :

<b>ANALISE COMPARATIVA ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES</b>	
<b>SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS</b>	
<b>DOAR</b>	<b>DFC</b>
Realiza a análise das origens e aplicações de recursos da empresa;	Realiza a análise da situação financeira da empresa;
Abrangência informativa de médio a longo prazo;	Abrangência informativa a curto prazo;
Base de informações é o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício;	No caso do método direto, a base de informação é o Balanço Patrimonial a custo histórico. No caso do método indireto, utiliza-se também da Demonstração de Resultado de Exercício a custo histórico;
Analisa a política de investimentos pelas aplicações e de origens pelos financiamentos utilizados pela empresa, através da variação do CCL;	Analisa o fluxo de recebimentos e pagamentos através da movimentação das contas de disponibilidades imediatas da empresa, através dos grupos de atividades operacionais, de investimentos e financiamentos;
É considerada como instrumento gerencial, demonstrando o índice de liquidez corrente;	É considerada como instrumento gerencial de planejamento financeiro dos rendimentos da empresa;
Informa sobre a liquidez e solvência da empresa;	Informa sobre a liquidez e solvência da empresa;
Menos compreendida por seus usuários por possuir conceitos subjetivos e difíceis de entender;	Melhor compreendida por seus usuários pela simplicidade de exposição e estrutura no método direto; já no método indireto possui conceitos um tanto quanto subjetivos e difíceis de entender;
Evidencia as aplicações e origens de recursos, através da variação do CCL, obtido da análise dos valores circulantes do Balanço Patrimonial e do lucro do Demonstrativo de Resultado do Exercício, explicando as mutações financeiras em sua totalidade;	Método direto – evidencia os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais; Método indireto – evidencia o lucro líquido ajustado pelos itens que afetam o resultado mas não modificam o caixa da empresa;
Seu foco é o usuário interno e externo;	Seu foco é o usuário interno;
Utiliza-se do regime de competência na sua elaboração.	Utiliza-se do regime de caixa na sua elaboração.

Quadro 10 – Quadro comparativo das demonstrações – Semelhanças e diferenças

Após exposto este comparativo e dando continuidade à análise comparativa das demonstrações, serão evidenciadas, a seguir, as qualidades e limitações verificadas entre estas.

#### ***4.2 – Qualidades e limitações***

Depois de constatada a existência de semelhanças e diferenças entre as demonstrações que estão sendo estudadas, foram também analisadas as qualidades e limitações destas.

Dentre as qualidades e limitações, estão as inseridas na sua forma de elaboração, sua estrutura, interpretação por parte dos usuários, períodos de suas estimativas (curto prazo e longo prazo), bem como, nos resultados gerados por elas.

A DOAR é elaborada dentro do regime de competência, apresentando a disponibilidade de médio a longo prazo, com base no conceito de CCL; enquanto a DFC utiliza-se do regime de caixa em sua elaboração, utilizando o conceito de disponibilidade imediata com uma visão a curto prazo de seus resultados.

Quanto à estrutura, a DOAR utiliza-se de informações que demonstrem as origens e aplicações de recursos, gerando como resultado a demonstração da variação do CCL.

Assim, a DOAR é considerada uma demonstração de difícil interpretação e elaboração, por evidenciar o conceito abstrato do CCL,



misturando itens monetários e não monetários, quer dizer, considera o ativo circulante como um todo, até mesmo as despesas antecipadas que já influenciaram o caixa no passado.

A DFC evidencia em sua estrutura, as atividades operacionais, de investimento e de financiamento, desenvolvidas pela empresa.

Pela sua simplicidade de exposição e estrutura, ela facilita o entendimento por parte dos usuários das informações contábeis, por utilizarem-se do grupo disponível do ativo circulante como base de informação para realização da demonstração, quer dizer, essencialmente caixa e bancos.

Expõe-se assim, as operações financeiras realizadas diariamente no grupo do ativo circulante, representando seu grau de liquidez, ou seja, sua real condição de pagamento das dívidas.

Como diz Braga & Marques (1996, p. 13), a DFC pode flutuar entre montantes positivos e negativos para empreendimentos sazonais, quer dizer, em períodos menores.

Não se pode deixar de citar que a DFC possui dois métodos de elaboração, direto e indireto. O indireto se assemelha à DOAR, no que tange à sua estrutura e elaboração, sendo de difícil compreensão por parte dos usuários. Já o método direto é mais trabalhoso em sua

elaboração por evidenciar uma maior quantidade de informações, mas é mais simples e elucidativo que o indireto.

Apesar da dificuldade da elaboração e interpretação, a DOAR é mais rica em informações, mostrando a posição financeira da empresa e suas tendências futuras, por analisar a geração de potencial do circulante em períodos maiores.

Por outro lado a DFC fornece informações somente sobre pagamentos e recebimentos, quer dizer, a movimentação das contas que representam as disponibilidades imediatas da empresa.

Como já foi dito, a DOAR utiliza-se de valores monetários e não monetários na sua elaboração, ou seja, não avalia só as disponibilidades como na DFC. Assim sendo, não se pode ter a certeza do retorno das aplicações realizadas no ativo circulante, que são consideradas capital circulante na realização da DOAR.

Um exemplo que se pode dar neste caso é com relação à conta de estoques, pois não se pode ter a certeza de quando vai ocorrer a realização financeira deste investimento, sendo que na DOAR, não é considerada esta previsão, logo, considera-se um capital de circulação imediata.

Lustosa (1997, p. 15) coloca que a DOAR leva a conclusões equivocadas quando avalia a solvência e liquidez das empresas, pois

as variações positivas de estoques e contas a receber podem não se transformar em caixa em sua totalidade, não interessando, assim, a dinâmica do circulante como um todo, mas somente do caixa.

Já a DFC expõe somente os recebimentos e pagamentos realizados pela empresa no exercício, quer dizer, não demonstra valores de recebimentos duvidosos, somente os já realizados, os que possuem disponibilidades imediatas, apesar de não possuir um consenso sobre qual conceito de caixa utilizar.

Segundo Silva *et al.* (1993, p. 21) “(...) uns aconselham caixa e bancos; outros já consideram também títulos a curto prazo. O conceito de equivalente foi proposto em diversas legislações de outros países.”

Sendo assim, o resultado da DOAR não é totalmente confiável, pois reconhece a receita no momento da venda e a despesa quando incorrida, independente de ter sido paga ou não, por utilizar-se do regime de competência na sua elaboração, podendo assim causar distorções nos resultados e conseqüentemente levar à tomada de decisões, por parte dos usuários, de forma equivocada.

De acordo com Lustosa (1997, p. 16), “O seu uso, como indicador de solvência e liquidez, é equivocado, pois grande é a probabilidade de não haver uma conversão total das variações do circulante em caixa.”

Isso não acontece na DFC, pois esta registra os recebimentos e pagamentos quando incorridos, utilizando-se do regime de caixa na sua elaboração.

Finalizando, pode-se dizer que tanto a DOAR como a DFC podem levar os usuários das demonstrações contábeis a julgamentos equivocados, devido às análises realizadas por estas na geração de informações, bem como aos prazos em que elas levam em consideração, ao verificarem a liquidez e solvência da empresa.

Isso ocorre pois, segundo Afonso (1998, p. 5), a DOAR pode passar uma falsa condição de normalidade, caso os prazos de recebimentos e estocagem sejam elevados, o que levará a empresa a gerar grandes montantes de ativo circulante e CCL.

Nestas condições, o CCL e a liquidez corrente não são indicadores suficientes para expressar a capacidade de pagamento da empresa, pois este possui um conceito estático, enquanto a habilidade de pagar as dívidas tem um conceito dinâmico.

Portanto, pode-se dizer que tanto a DOAR como a DFC têm alguns pontos que são passíveis de críticas em sua eficácia como instrumentos de informações.

Conforme já exposto anteriormente, será demonstrado o comparativo entre as qualidades e limitações:

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES	
QUALIDADES E LIMITAÇÕES	
DOAR	DFC
Disponibilidade de médio a longo prazo;	Disponibilidade imediata de curto prazo;
Mais rica em informações mostrando a posição financeira da empresa e suas tendências futuras, por analisar a geração de potencial do circulante em períodos maiores;	Fornecer informações somente sobre os pagamentos e recebimentos, quer dizer, movimento das contas que representam as disponibilidades imediatas da empresa;
Utiliza-se de valores monetários e não monetários na sua elaboração;	Utiliza-se apenas das disponibilidades na sua elaboração;
Leva a conclusões equivocadas em alguns casos, pois algumas contas não se transformam em caixa em sua totalidade;	Não demonstra valores duvidosos, somente os recebimentos e pagamentos já realizados;
Reconhece a receita no momento da venda e a despesa quando incorrida, independente de ter sido paga ou não.	Reconhece a receita e a despesa somente quando do recebimento e pagamento delas.

Quadro 11 – Quadro comparativo das demonstrações – Qualidades e limitações

Assim sendo, serão verificadas, a seguir, as causas e conseqüências da possível substituição da DOAR pela DFC, quanto a sua elaboração e publicação, analisando se as críticas quanto ao instrumento de informação delas podem ser eliminadas, devido à melhor qualidade das informações quando analisadas em conjunto.

#### 4.3 Causas e conseqüências

Depois de analisadas as semelhanças e diferenças, qualidades e limitações entre a DOAR e a DFC, tem-se que considerar as mudanças que ocorrerão se o anteprojeto de reformulação da Lei nº 6404/76 aprovado for em toda a sua essência, no que tange à substituição da elaboração e publicação dessas demonstrações financeiras.

Deve-se levar em consideração as perdas e ganhos informacionais que os usuários terão, as causas que estão levando à possível substituição e as conseqüências que serão geradas se isto ocorrer.

A tendência que mais se evidencia quanto à substituição da DOAR pela DFC decorre da necessidade que se está gerando, devido à globalização da economia, e isso está necessariamente levando a uma harmonização das normas e procedimentos contábeis em todo mundo, pois, como se sabe, a DFC já foi adotada em substituição à DOAR em diversas partes do mundo.

Assim sendo, as causas que estão levando à reformulação da Lei, no que tange à substituição da DOAR pela DFC, é o questionamento quanto à utilização de uma demonstração de interpretação mais fácil e com informações que cubram as necessidades decisórias dos usuários destas. Isso facilita a elaboração de um planejamento financeiro mais eficaz que traga maiores rendimentos à empresa.

Segundo Braga (1996, p. 19), a principal alegação, para substituir a DOAR pela DFC, deve-se a esta ser mais fácil e simples de ser interpretada, atendendo às necessidades dos usuários, em especial aqueles externos à entidade.

Outro fator que está deixando em descrédito a DOAR, quanto às suas informações, segundo Siqueira (2002, p. 11), é por apresentar o conceito abstrato de Capital Circulante Líquido que pode aparentemente apresentar uma situação confortável para a empresa, mas, devido aos prazos de recebimentos e estocagem serem elevados, a empresa pode ficar com dificuldades financeiras a curto prazo.

Por outro lado, a DFC utiliza-se das disponibilidades imediatas da empresa, ou seja, caixa propriamente dita, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e aplicações de resgate imediato, mostrando a real condição de pagamentos das dívidas e a necessidade de caixa da empresa.

Diante desta situação de substituição das demonstrações, não se pode deixar de evidenciar e analisar as conseqüências que serão geradas.

Isso ocorre pois, segundo Martins (1999, p. 8), “(...) se olharmos do ponto de vista da efetiva utilidade e capacidade preditiva, veremos que a DOAR é muito mais rica e relevante que o Fluxo de Caixa”.

Mesmo a DOAR possuindo problemas de interpretação das informações que gera, não é totalmente deficiente, possuindo dados que irão provocar insatisfações caso seja substituída. Assim, sua substituição trará conseqüências relevantes na decisão de seus usuários.

Isso acontece segundo Siqueira (2002, p. 10), porque a DOAR é mais analítica, mostrando a posição financeira, tendo características de médio e longo prazo, permitindo a seus usuários perceber a política e a tendência das empresas no futuro.

Já a DFC, segundo Siqueira (2002, p. 10), propicia informações concretas, se houve ou haverá dinheiro, quando precisará tomar um empréstimo e possui, ainda, características de curto prazo voltadas ao usuário interno, deixando a desejar informações ao usuário externo.

Não se pode deixar de constatar que as empresas terão uma perda com a substituição das demonstrações, no que tange à característica de prazos das disponibilidades.

Silva *et al.* (1993, p. 18-19) diz que a DFC é mais detalhada e completa para o gestor, numa visão mensal, enquanto a DOAR possibilita analisar a geração de potencial de circulante em períodos maiores.

É importante citar que, se a DFC for obrigatória em sua elaboração e publicação, a tendência maior é de que seja elaborada em seu método indireto, por ser mais completo em termos de informações, porém é criticado pela sua dificuldade de interpretação, quando comparado com o método direto, pois aquele se assemelha à DOAR.

Segundo Rocha & Bauren (2002, p. 11), o método direto é mais claro e completo, mas mais complexo na sua elaboração, enquanto o indireto é mais fácil de ser confeccionado, mais difícil de ser compreendido e possui menor qualidade informativa.



Logo, constata-se uma dificuldade prevista na provável substituição das demonstrações, sobre qual método será utilizado na realização da DFC.

Martins (1999, p. 8) diz que “(...) quem não sabe analisar a DOAR normalmente não é capaz de montar o Fluxo de Caixa.” Portanto isso é uma característica que se destaca pela estrutura das demonstrações, pois, se a montagem da DFC é dificultosa para alguns, de nada adiantará substituir a DOAR, por ser difícil de elaborá-la.

Para melhor elucidar este ponto, será demonstrado, a seguir, de forma resumida, o quadro comparativo entre as causas e conseqüências entre as duas demonstrações :

<b>ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES</b>	
<b>CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS</b>	
<b>DOAR</b>	<b>DFC</b>
Interpretação difícil por parte dos usuários;	Interpretação mais fácil aos usuários;
Não cobre totalmente as necessidades informacionais dos usuários;	Cobre as necessidades informacionais dos usuários;
Apresenta conceito abstrato de Capital Circulante Líquido, podendo levar a empresa a dificuldades financeiras a curto prazo, pois sua análise é a longo prazo;	Mostra a real condição de pagamento das dívidas e necessidades de caixa, utilizando-se de disponibilidades imediatas a curto prazo;
É mais analítica, permitindo a seus usuários perceber a política e a tendência das empresas no futuro;	Informações concretas;
É difícil de ser confeccionada, mas possui uma boa qualidade informativa, apesar de ser complexa sua interpretação.	Método direto – mais claro e completo, mas mais difícil de ser confeccionado; Método indireto – mais fácil de ser confeccionado, mas possui menor qualidade informativa.

Quadro 12 – Quadro comparativo das demonstrações – Causas e conseqüências

Assim, tem-se que a provável substituição das demonstrações em questão está causando polêmica, pois trará conseqüências as quais terão grande influência na decisão de seus usuários.

As demonstrações devem ser as mais eficientes possíveis para o mercado, e a escolha da que mais se identifica com a situação da economia mundial não deve ser realizada com base nos seus pormenores e sim em toda a sua essência.

Portanto, antes que seja considerada obrigatória a elaboração e publicação da DFC em substituição da DOAR, deve-se analisar não só as causas que estão levando as autoridades responsáveis a decidir por este feito, mas também, as conseqüências futuras que isto irá gerar. É preciso, ainda verificar sua utilidade frente a seus usuários, para que estes não façam julgamentos equivocados e prejudiquem assim, suas decisões gerenciais nas empresas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo proposto a este trabalho, foi realizada uma pesquisa visando à realização de uma comparação entre a DOAR e a DFC, no intuito de demonstrar as semelhanças e diferenças, qualidades e limitações, causas e conseqüências de uma possível substituição de elaboração e publicação destas.

Sendo que as demonstrações contábeis exercem um papel importante na disseminação da informação de uma empresa e podem ajudar a melhorar sua eficiência, esta pesquisa foi realizada tendo em vista as necessidades informativas que os usuários, tanto internos como externos, estão tendo frente ao mercado competitivo e eficiente que existe hoje.

Devido à substituição das demonstrações, realizada nos Estados Unidos pelo FASB, começou a existir, no Brasil, uma crença de que a DFC iria representar novas informações públicas, o que não ocorre hoje com a DOAR, acontecendo, assim, um movimento crescente em favor dessa substituição.

A discussão que mais remonta em favor da substituição das demonstrações diz respeito à suposta melhor qualidade de informações divulgada pela DFC em face da DOAR, bem como à relativa simplicidade e facilidade de interpretação que aquela tem no que tange às necessidades dos usuários.

Esse aspecto não se sobressai às demais informações, pois tanto a DOAR como a DFC possuem pontos que são passíveis de críticas em sua eficácia como instrumento de informações. A primeira informa sobre a liquidez e solvência, dando ênfase ao CCL e à posição financeira como um todo, enquanto a segunda destaca somente o disponível (caixa/bancos), relatando seus recebimentos e pagamentos.

Mesmo assim, sendo essas demonstrações diferentes quanto aos objetivos informacionais, não está descartada a hipótese de substituição de uma pela outra.

Portanto, após as análises e comparações realizadas, constatou-se a capacidade informativa distinta de cada demonstração. Assim, notadamente, definiu-se que ambas as demonstrações possuem características diferenciadas, tanto na estrutura quanto na qualidade informativa direcionada a seus usuários.

Siqueira (2002, p. 8) coloca que “(...) não se justifica instituir a obrigatoriedade da DFC em detrimento da desobrigação da DOAR haja vista ser demonstrações distintas quanto aos objetivos individuais, porém por demais complementares no auxílio à contabilidade no desempenho de suas funções.”

Apesar disso, as demonstrações são complementares no que diz respeito ao auxílio da contabilidade e no desempenho de suas funções,

pois ambas possuem informações relevantes às empresas, auxiliando nas decisões gerenciais.

Logo, a conclusão que se chega após este estudo é que a DOAR deve ser mantida ou deve ser realizada uma nova demonstração cujo conteúdo tenha partes da DOAR e partes da DFC, para que assim possa atender mais eficientemente aos interesses informativos dos usuários dessas demonstrações.

Essa nova demonstração que agruparia as duas demonstrações, deveria corrigir as distorções encontradas nelas, criando um modelo integrado e analítico das demonstrações financeiras. Isso permitiria um acompanhamento mais fácil que proporcionasse um desempenho financeiro das empresas num período intermediário, aumentando a qualidade das informações, atendendo a um maior número de usuários.

Rocha & Bauren (2002, p. 12) sugerem que se avalie um modelo de demonstração claro e de relativa facilidade de elaboração, através do qual se possa observar com antecedência uma potencial situação de insolvência financeira da empresa, evitando-se assim colapsos que acabam por atingir o macro ambiente no qual a empresa opera, causando estragos incalculáveis.

Portanto, se pensarem em uma melhor solução a este impasse, os responsáveis pela decisão com relação à substituição deverão levar

em consideração as perdas informacionais que ocorrerão com a extinção da DOAR, pois esta apesar de ser de difícil interpretação e elaboração, possui uma capacidade informativa superior à DFC.

Assim sendo, se ambas fossem apresentadas juntas, ou complementando-se, teriam uma maior importância como demonstrações financeiras, produzindo informações mais desejáveis aos usuários dos diversos níveis, demonstrando a real situação da empresa diante do mercado globalizado e competitivo em que esta se encontra.

Isso ocorre, pois a eficiência da empresa é o que a deixa mais segura e competitiva frente ao mercado em que está inserida hoje. Para isso, necessita de informações que a deixem sem medo de ser eliminada do mercado por não saber gerenciar seus negócios.

Portanto, as demonstrações deveriam apresentar-se conjuntamente, pois melhor seriam as suas utilidades, bem como, minimizariam as suas ineficiências informacionais encontradas quando analisadas em separado.

## **BIBLIOGRAFIA**

AFONSO, Roberto Alexandre Elias. **Análise da capacidade informativa da demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) e da demonstração de fluxos de caixa (DFC)**. Um estudo de caso. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). FAF, IERJ, 1998.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução á metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José A. V. da C. **Fundamentos conceituais da demonstração dos fluxos de caixa: significado, vantagens e limitações. Algumas evidências**. Caderno de estudos. FIPECAFI. São Paulo, v.08, n.14, p. 30-43. Julho/dezembro, 1996.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José A. V. da C. **Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxo de caixa**. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA, USP, São Paulo, v.14, n.25, p. 6-23. Janeiro/abril, 2001.

BRASIL. Lei 6404 de dezembro de 1976. **Referente a legislação societária**.

BRASIL. **Anteprojeto da Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976**. Editado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Congresso Nacional Brasileiro. Altera e revoga dispositivos da referida Lei. São Paulo: 1999.

CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos fluxos de caixa: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

**Como gerenciar o capital de giro.** Disponível em <[http://www.empresario.com.br/orientador/edicoes/2001\\_02/capital/capital\\_txt\\_1.html](http://www.empresario.com.br/orientador/edicoes/2001_02/capital/capital_txt_1.html)> acesso em 18 jun. 2002.

**Comparação e análise da demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) e da demonstração de fluxo de caixa (DFC).** Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/siqueira/tr253.htm>> Acesso em: 5 dez. 2002.

**Demonstração do fluxo de caixa.** Disponível em: <<http://www.ccsa.ufpb.br/~nca/dfc.html>> acesso em: 18 jun. 2002.

**Doar versus fluxo de caixa.** Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/~pacf/arts.doc>> Acesso em 5 dez. 2002.

DRUMOND, Maria H. F. **Ciências Contábeis: da arte a ciência, 8000 anos de História.** Caderno de Contabilidade. Belo Horizonte.v.3, nº 4, p. 25-32. Fevereiro: 1993.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP. **Contabilidade Introdutória.** Coordenação de Sérgio Iudícibus. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FALCINI, Primo. **Avaliação econômica de empresas.** São Paulo, Atlas: 1992. p. 16.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.



GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. Tradução Jacob Ancelevicz e Francisco José dos Santos Braga. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1987.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCK, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade por ações: aplicável as demais sociedades**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva M. MARCONI, Marina de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LUSTOSA, Paulo R. B. **Doar - uma morte anunciada**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIECAFI, Julho/dezembro, 1997, v.9, n.16, p.26-38.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade versus fluxo de caixa**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIECAFI, Janeiro/abril, 1999, nº20.

\_\_\_\_\_. Eliseu. **Contabilidade versus fluxo de caixa**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIECAFI, Abril, 1991, nº20.

MARTINS, Gilberto de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 01-48.

**O fluxo de caixa e sua importância no processo de evidenciação das informações contábeis**. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/siqueira/tr190.html>> acesso em: 06 dez. 2002.

ROCHA, Nilton da., BAUREN, Ilse M. **Demonstração do Fluxo de Caixa Versus Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos: Uma abordagem sob a ótica da gestão financeira**. Disponível em: <[www.eac.fea.usp.br/seminario/arquivo/html/12htm](http://www.eac.fea.usp.br/seminario/arquivo/html/12htm)> Acesso em: 5 dez. 2002.

RUIZ, João Á. **Metodologia Científica – guia para eficiência nos estudos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SÁ, Carlos A. **O Fluxo de Caixa, este desconhecido**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIEPECAFI, Abril, 1991, nº 20. p.1.

SANTOS, Antonio R. **Metodologia científica a construção do conhecimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001. p. 01-139.

SILVA, César A.T. SANTOS, Jocineiro O. dos. OGAWA, Jorge Si. **Fluxo de Caixa e Doar**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIEPECAFI, Outubro, 1993. p.18 - 20.